



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 41212 - DF (2020/0329550-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECLAMANTE : UNIÃO
RECLAMADO : JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - SJ/DF
INTERES. : SANTA LYDIA AGRÍCOLA S/A
ADVOGADOS : PATRICIA GUIMARÃES HERNANDEZ E OUTRO(S) -
DF007889
FERNANDA GUIMARÃES HERNANDEZ - DF007009
DANIEL CORRÊA SZELBRACIKOWSKI - DF028468

DESPACHO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar formulada pela UNIÃO com fundamento no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal, contra decisão do Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

A reclamante alega que "o juízo *a quo*, descumpriu determinação contida em decisão proferida pelo Exmo. Ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça, na Ação Rescisória n.º 5241/DF, a qual busca rescindir o título executivo que fora objeto de impugnação pelos embargos à execução" (fl. 5).

Afirma que "o provimento jurisdicional em questão ao ordenar paralisação do processo executivo do título judicial formado na Ação Ordinária n.º 0002150-23.1990.4.01.3400, englobou os atos inerentes a essa fase, a exemplo dos embargos à execução. Consoante será delineado melhor adiante, não haveria razão para separar a execução dos embargos do devedor na medida que esses só existem em razão daquela" (*ibidem*).

Aduz que, "considerando que os embargos foram integralmente rejeitados (art. 1.012, §1º, III, CPC/15), não sendo deferida tutela provisória pela Corte Regional, não existiria óbice à expedição dos alvarás para levantamento dos valores, os quais totalizaram, em 2012, R\$ 370.997.298,41 (trezentos e setenta milhões, novecentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos)" (fl. 11).

Requer a concessão da medida liminar "para suspender os efeitos da decisão nos embargos à execução n.º 0004053-24.2012.4.01.3400 da 5ª Vara Federal da SJDF o Tribunal Regional Federal da 1ª Região" (fl. 12).

A contestação foi apresentada espontaneamente nos autos (fls. 107-230).

É, no essencial, o relatório.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 21, XIII, c, do RISTJ, decidir, durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo ainda determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão e demais medidas que reclamem urgência.

Portanto, a urgência que autoriza a atuação do plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

Na espécie, a reclamante não comprovou a existência de iminente lesão ou de perecimento do direito passível de ocorrer durante as férias forenses. Some-se a isso o fato de que a decisão impugnada foi proferida em novembro de 2020, afastando também o *periculum in mora*. Assim, a medida de urgência deverá ser examinada pelo relator, após a completa instrução do feito.

Ante o exposto, não caracterizada situação de urgência que justifique a atuação do plantão judicial no período de férias forenses, solicitem-se informações ao Juízo reclamado, no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo regimental de 5 dias.

Oportunamente, encaminhem-se os autos ao relator do presente feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente